

Tribunal de Justiça de SP vai eleger sua direção na 4ª

José Roberto Bedran deve ser reeleito, mas vai se aposentar em julho de 2012

Desembargador Ivan Sartori, que também disputa o cargo, quer uma 'reestruturação de longo prazo' no tribunal

DANIEL RONCAGLIA
DE SÃO PAULO

Em um ano marcado por profundas mudanças, o Tribunal de Justiça de São Paulo vai realizar na próxima quarta-feira (7) a eleição para os cargos de sua direção.

Escolhido em fevereiro para um mandato-tampão após a morte de Antonio Carlos Viana Santos, o atual presidente José Roberto Bedran deve ser reeleito com facilidade pelos 370 desembargadores do colégio eleitoral.

Mas ele não irá completar o mandato de dois anos. Em julho de 2012, Bedran completa 70 anos e terá que se aposentar. Por isso a eleição de agora é vista como um teste para sua substituição.

Tanto é que, de última hora, o desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori se inscreveu para a disputa. Há 11 candidatos para as outras cinco vagas da cúpula.

"O fato de ele terminar o mandato um pouco cedo influenciou a candidatura", disse o desembargador.

Segundo Sartori, sua proposta é fazer uma "reestruturação de longo prazo". Ele, porém, nega que exista um antagonismo com Bedran.

Diferentemente das disputas partidárias, a política no

TJ-SP é marcada pela discriminação dos candidatos.

"A eleição no tribunal é singular. Os candidatos são colegas e, em regra, as pessoas não se manifestam", afirma José Renato Nalini, que disputa a vaga de corregedor-geral de Justiça.

Segundo ele, a campanha se resume a "almoços". No entanto, os embates entre grupos acontecem.

Até a reforma do Judiciário em 2005, a Justiça paulista era composta também por dois tribunais de alçada, que foram incorporados ao TJ-SP.

Essa divisão ainda existe de alguma forma entre os desembargadores.

Hoje quem domina são os juízes que eram do Tribunal de Alçada Cível e agora fazem parte da Seção de Direito Privado. Juntos, eles têm mais da metade dos eleitores.

Membro desta seção, o desembargador Hamilton Elliot Akel é um dos candidatos a corregedor, mas já é visto como um favorito para substituir Bedran em 2012.

O atual presidente marcou sua administração pela edição, em março, de uma norma para punir os improdutivos. Três processos disciplinares foram abertos. A medida mexeu com os juízes, que agora julgaram 95,2% dos processos da meta 2.

Outro destaque foi a ideia de julgamento virtual para agilizar os processos.

Apesar disso, houve propostas corporativas da gestão como a sugestão de um delegado especial para juízes.